

NELSON WERNECK SODRÉ E O “MARXISMO OCIDENTAL”

Wilson do Nascimento Barbosa

Professor do Departamento de História - FFLCH/USP

RESUMO: Este artigo estuda o filme *Vidas Secas*, de Nelson Pereira dos Santos, baseado no livro homônimo de Graciliano Ramos. A partir de temas do livro e do filme (pobreza rural, violência cotidiana), questões metodológicas da Nelson Werneck Sodré são evocadas.

PALAVRAS CHAVE: Cinema brasileiro – Literatura brasileira – Nordeste brasileiro – Brasil (século XX).

ABSTRACT: This articles discusses Nelson Pereira dos Santos' movie *Arid lifes*, made after homonym Graciliano Ramos' book. Werneck Sodré's methological questions are evoked from book and movie subjects as rural poverty and dayly violence.

KEYWORDS: Brazilian cinema – Brazilian litterature – Brazilian northeast - Brazil (XX. century).

Através do filme *Vidas Secas*, de Nelson Pereira dos Santos, unem-se três interessantes personalidades do mundo intelectual brasileiro: Sodré, Pereira dos Santos e Graciliano Ramos, autor do romance homônimo. O que há entre eles em comum, para estarem aqui reunidos?

Creio poder sintetizar o seu interesse comum em três pontos:

a) uma militância em prol de uma mudança radical nas estruturas do Brasil;

b) um particular interesse pela diversidade brasileira, em que se destaca a região, o homem nessa região;

c) a defesa da consciência crítica como instrumento para essa transformação radical do Brasil.

Graciliano Ramos é um dos mais importantes escritores brasileiros do século XX. Nascido em Quebrangulo, Alagoas, em 1892, foi prefeito eleito de Palmeiras dos Índios entre 1928 e 1930. Como diretor da Instrução Pública de Alagoas, publicou seu primeiro livro, *Caetés*; em 1934, editou *São Bernardo*

e em 1936, ano em que foi preso, lançou o livro *Angústia*. Sua experiência de preso político na ditadura Vargas facultou-lhe escrever *Memórias do Cárcere*, publicado em 1955. Após sair da prisão, lançou *Vidas Secas*, em 1937, adaptado por Nelson Pereira dos Santos para o cinema. No elenco estão, entre outros, Átila Iório, Maria Ribeiro, Jofre Soares, Gilvan e Genivaldo Lima.

Ao basear-se na novela de Graciliano Ramos, Pereira dos Santos buscou manter dela a sequitade, com que o autor, com sua vivência do sertão alagoano, ponteiava todas as suas obras.

Graciliano era homem de muita reflexão e texto econômico, reconstituindo a realidade em suas obras através de progressiva e paciente tecelagem, à moda do trabalho da aranha em suas teias. Irritava-o qualquer palavra desnecessária, qualquer adjetivo em excesso, sendo nesse ponto aparentado literário de João Cabral de Mello Neto.

O ambiente de Graciliano Ramos é, pois, um *realismo crítico*, em que cada coisa é reposta pela literatura com uma intensidade similar àquela com que atinge os personagens da vida real.

Nelson Pereira dos Santos buscou, por isso, a mesma economia de Graciliano, desta vez sob o plano fílmico, revelando uma empatia muito grande com o autor da novela, que decorre certamente da profunda visão crítica e humildade características de ambos. De fora, tem-se a impressão de que foi o próprio Graciliano que fez o roteiro e até o filme.

Este despojamento, por outro lado, é um traço característico da obra de Nelson Pereira dos Santos. Não é só no trato da problemática social do nordeste de Graciliano que ele se destaca. Nascido em São Paulo: em 1928, Nelson Pereira, formado em Direito, estreou no cinema com curtas-metragens militantes, como o *Juventude*, de 1950. Crítico do cinema comercial convencional tentado pela Vera Cruz, foi crítico cinematográfico da revista *Fundamentos*. Demonstrando habilidade e ousadia, realizou seu primei-

ro longa, *Rio 40 Graus* (1955), que teve grande impacto e sucesso. Seguiram-se-lhe *Rio Zona Norte* em 1957 e *Mandacaru Vermelho*, em 1961.

Vidas Secas, de 1963, foi então considerado como o mais importante filme do Cinema Novo. Nelson Pereira tornou possível a compreensão política da miséria, num tom seco, magistral, desprovido de pieguices, mas com as dramáticas cores da vida. Esta maneira de ver tem muito não só com Graciliano, mas igualmente com Nelson Werneck Sodré.

Sodré chegou a coronel na ativa do Exército, pertencendo à arma da Artilharia. Nascido no Rio de Janeiro em 1911, foi membro da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, chefiando o Curso de História Militar. Homem de consciência e patriotismo profundos, foi um dos fundadores do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o ISEB – MEC, no Rio de Janeiro.

Sua maior preocupação enquanto intelectual foi uma abordagem sistemática do materialismo histórico, numa apreciação pedagógica da história brasileira em seu conjunto. Escreveu, entre outros trabalhos, *História da Literatura Brasileira* (1938), *Formação da Sociedade Brasileira* (1944), *Formação Histórica do Brasil* (1962), *História da Burguesia Brasileira* (1964), *A Ideologia do Colonialismo* (1965), etc.

Publicou durante muitos anos inúmeros trabalhos com o pseudônimo de Rui de Pina. Politicamente muito ativo, foi um dos organizadores da “campanha do petróleo”, do dispositivo antigolpista do marechal Lott, etc.

Na profunda separação entre o “marxismo ocidental”, que teve seus centros na Inglaterra e na Alemanha, e o “marxismo oriental”, que se desenvolveu a partir da União Soviética e do pensamento de Lenine, Sodré em 1939-40 voltou-se para este último. Sodré costumava pontuar que as generalidades abstratas, tão ao gosto da social-democracia, não permitiam abordar com rigor a verdadeira natureza da pobreza nos países periféricos e as particularidades da revolução ininterrupta necessária na época do imperialismo.

Por isso, ancorava Sodré totalmente a sua interpretação do mundo no modelo leninista do “quadro de forças” e da “correlação de forças”, buscando interpretar de modo criador os ensinamentos de Karl Marx em *O dezoito brumário* e na *Crítica ao Programa de Gotha*.

O ponto central da diferença implica para os leninistas, uma abordagem vulgar do problema da imiseção por parte dos reformistas. A abordagem destes, apologética do capital, pretende ignorar que a miséria decorre da pilhagem pelo capital, e de toda uma etapa histórica da acumulação primitiva. Esta vulgaridade, do outro lado, é um produto da generalização da experiência inglesa de destruição do modo feudal da produção como retora para toda a experiência mundial de transição para o capitalismo. Os leninistas consideram a formação moderna do capital mercantil e sua transição para o capital industrial não como um “modo de produção independente” mas como um “sistema” mercantil, acoplado à sociedade e ao Estado feudais, que sofreu, portanto, toda uma etapa histórica de “acumulação primitiva”, antes de criar o modo de produção capitalista. Sodré chamava a atenção para a confusão entre “capital” e “capitalismo” como um dos traços típicos do pensamento liberal e que não pode ser apresentado como marxismo.

Para descrever a incapacidade da sociedade brasileira no sentido de “nacional” e apresentar os níveis adequados de acumulação (ou industrialização), Sodré elaborou a categoria de “regressão feudal”. Segundo ele, a acumulação agrícola do capital “vazava” para o exterior, através do mecanismo cambial, obrigando o camponês sem terra e o proletário rural a graus extremos de miséria, para propiciar níveis extras de apropriação da mais-valia e do excedente para os burgueses agrários e os latifundiários pré-capitalistas. Essa seria a “causa” da miséria extrema, que vemos aparecer na novela de Graciliano Ramos e no filme de Nelson Pereira dos Santos. Nesse sentido, para Nelson Werneck Sodré, a miséria não

resultava do ambiente geográfico, do “determinismo das latitudes”, nem de uma suposta inferioridade de negros, indígenas e nordestinos.

Um dos raros momentos de indignação pública de Sodré, em suas palestras no ISEB, contida embora pelo seu falar lento e até monótono, constituía a crítica que fazia a Nabuco e outros abolicionistas que, segundo ele, se recusavam a entender o caráter feudal da colonização brasileira e a natureza decorrente da acumulação primitiva. Estes abolicionistas a seu ver atribuíam à cultura dos escravizados os motivos do atraso brasileiro, sob o disfarce de uma crítica à escravidão. A má vontade com as vítimas da escravidão assumia, para justificar o fim da escravatura, uma negação quase absoluta do escravizado. E tal defeito consumia boa parte das qualidades da retórica do abolicionismo.

“Marxismo Oriental” foi o termo cunhado pelos “socialchovinistas” da Segunda Internacional, para especificar suas diferenças de interpretação do mundo com o grupo de Vladimir I. Lenin. Estas diferenças se tornavam gritantes no curso da primeira revolução russa e chegaram ao paroxismo no desencadear da Primeira Guerra Mundial. As concepções “leninista” e “kautskysta” do marxismo deram assim origem a um “marxismo oriental” e a um “marxismo ocidental”.

No “marxismo oriental” haver-se-iam de alinhar Lenin, Trotsky, Stálin, Lúkacs e todos aqueles que, de uma forma ou de outra, defenderam o “caráter universal” da Revolução de Outubro. Isto é, aqueles que acreditaram ser o “Leninismo”, ou uma variante sua qualquer, a estratégia da revolução dos trabalhadores na época do capital financeiro, ou do “imperialismo contemporâneo”. No “marxismo ocidental” alinharam-se todos aqueles que representaram a Segunda Internacional e negavam um “caráter universal” à Revolução de Outubro. Além de Plekhanov, Kautsky, Bernstein, posteriormente poder-se-iam aqui incluir os representantes do marxismo inglês e da Escola de Frankfurt.

Na União Soviética, nos anos 30, foi intensa a crítica aos “desvios” constituídos como o “marxismo ocidental”, que teve repercussões em todos os campos das ciências sociais.

Particularmente no ramo historiográfico, importantes historiadores oficiais, como Michulín, Kosminsky, Efímov, Figournov e outros trataram de desenvolver uma base para os mecanismos de transição do escravismo para o feudalismo e do feudalismo para o capitalismo, que fosse mais abrangente que os escritos de Marx e Engels e, assim, pudesse se aplicar ao resto do mundo, confirmando um “caráter universal” para o marxismo.

Certas passagens dos textos de Marx indicam a dinastia Tudor, com sua prevalência após a Guerra das Duas Rosas, como o advento do capitalismo na Inglaterra. Estes textos apoiavam os teóricos do “marxismo ocidental” que, conseqüentemente, minimizavam o papel da estrutura feudal durante a fase de acumulação primitiva. Contrariamente, os historiadores da linha do “marxismo oriental” não podiam creditar um “caminho universal” ao modelo inglês de transição para o capitalismo.

Essa polêmica, que já existia no século XIX (1860/1900), e foi enfrentada com hesitações por Marx e Engels, tornou-se crucial depois da Revolução de Outubro. Tratava-se agora de criar uma interpretação da história que fosse, ao mesmo tempo: (a) explicável pelo método materialista histórico; e (b) permitisse aplicar esse diretamente à “ciência política leninista” o seu princípio de “correlação de forças”.

Nesse sentido, os discípulos de Lenin, de modo coerente com ele, “ultrapassaram” a interpretação metodológica utilizada por Marx, enquanto historiador, no *18 brumário*... e criaram uma ciência política independente da Economia Política, baseada na teoria de “correlação de forças”, que permitia descrever o conjunto das lutas de classe contemporâneas e cada qual em particular, num cenário totalmente articulado e tornado lógico. Assim, o “marxismo oriental” chegou a recuperar a história política, com seu método interpretativo quali-

ficado por Adam Schaff, mais tarde (depois do 20º Congresso), como *presentismo* (SCHAFF, 1958).

Concomitantemente, o “marxismo ocidental” trilhava os caminhos do “marxismo francês”, do “marxismo inglês” e da “Escola de Frankfurt”, o que haveria de tornar a brecha entre os dois campos teóricos difícil de franquear. Isso fica claro, por exemplo, para quem lê a revista de Sartre, *Temps Modernes*, ou as críticas deste com Merleau-Ponty à historiografia marxista, ou ainda, mais tarde, acompanha os debates da revista *Past and Present*.

A melhor porta de entrada para aquele debate ainda pode ser Perry Anderson (ANDERSON, 1982) ou as citadas revistas, para quem quiser ir até à biblioteca.

A divergência central era sobre o caráter, pois, do capital comercial. Se a abertura produzida pela formação de amplas massas de capital comercial, numa dada sociedade, permitisse visualizar essa sociedade comandada por este capital como um “capitalismo comercial”, como fizeram depois os liberais, então o papel econômico e político do feudalismo, com ou sem um Estado centralizado, seria quase desprezível. O “marxismo oriental” nunca aceitou tratar “capital comercial” e “capitalismo comercial” como sinônimos. Para ele, na transição histórica para o capitalismo, nada estava pré-decidiado. Nesse caso, o mercantilismo constituir-se-ia mero *sistema*, isto é, uma das partes componentes da formação econômico-social feudal neste período.

Foi no ambiente irrespirável do Estado Novo de Vargas que Nelson Werneck Sodré, então oficial subalterno do Exército, adotou a posição do “marxismo oriental”, tornando-se talvez o único historiador da linha leninista na historiografia brasileira. Sua constante preocupação com a aplicação da “teoria da correlação de forças”, enquanto ferramenta historiográfica, ressalta desde então em seus trabalhos. *Oeste* que veio à luz em 1941, foi certamente a última obra a encontrá-lo filiado ao “marxismo ocidental”. *Formação Histórica do Brasil* retrata centralmente sua

postura leninista, resumindo o curso de mesmo nome que proferiu repetidas vezes no ISEB – MEC, até o golpe de 1964.

O desempenho de Sodré como historiador consistiu, desde então, em associar a interpretação leninista da história com a linha política militante do PCB. Era o que se chamava à época um “intelectual de linha justa”. Como homem de partido, Nelson Werneck jamais se afastou das decisões gerais do PCB, numa responsabilidade e seriedade que certamente contrastou com a maioria dos dirigentes daquele partido, quase todos ideologicamente discutíveis.

Em *Formação Histórica do Brasil* (WERNECK SODRÉ, 1962-a), Sodré valoriza a todo trecho as articulações políticas dos diferentes blocos de classes, ou grupos de classes, para enviesar o poder do Estado. Esta “racionalidade objetiva” da luta políti-

ca, para ele expressão da luta de classes, explica a parte principal de todos os movimentos conjunturais, embora tais momentos sejam particulares, específicos e mesmo únicos. Nelson Werneck tinha verdadeiro pavor da explicação estruturalista. Para ele, o fato histórico era exclusivo, único, diferente e, por isso mesmo, determinado. Ao levar a doutrina leninista ao pé da letra na interpretação de seu materialismo histórico, Nelson Werneck criou muitos inimigos ideológicos, numa intelectualidade como a brasileira, que é totalmente caudatária do Ocidente. No entanto, sua sofisticada posição política, muito combatida, não justifica outrossim os comentários ignorantes, que procuram interpretar-lhe a postura dissociada do debate internacional que existia no marxismo de então¹.

Bibliografia

ANAIIS do X Congresso Internacional da Ciência Histórica. Estocolmo/Roma, 1960.

ANDERSON, Perry. *Passagens da Antiguidade ao Feudalismo*. Porto: Afrontamento, 1982.

HESPANHA, Antonio H. *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

MARX, Karl. *Crítica ao Programa de Gotha*. Porto, Portugalense, 1971 (A 1).

_____. *O dezoito brumário de Luís Bonaparte*. Tradução de Leandro Konder. São Paulo, Abril Cultural, 1978 (Pensadores).

SCHAFF, Adam. *História e verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

STÁLIN, Joseph. *Da estratégia e da tática dos comunistas russos*. Moscou: Instituto Marx/Engels/Lênin/Stálin, 1923.

_____. “A Estratégia Bolchevique”, in: *Obras Escolhidas e Os*

Fundamentos do Leninismo. Moscou: Instituto Marx/Engels/Lênin/Stálin, 1924, vol. 6.

WERNECK SODRÉ, Nelson. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1962-a.

_____. *Formação da sociedade brasileira*, Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1944,

_____. *História da burguesia no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967-a.

_____. *História da literatura brasileira: seus fundamentos econômicos*. 4ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

_____. *História e materialismo histórico no Brasil*. São Paulo: Global, 1985-a.

_____. *A Ideologia do colonialismo*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1984-b.

¹ Outras fontes para este texto foram: ANAIIS; HESPANHA; STÁLIN, 1923; IDEM, 1924.